

O PADRE ANTÓNIO VIEIRA, HISTORIADOR DO FUTURO*

(7 de fevereiro de 2025)

Porfírio Pinto

Doutorado em Estudos de Literatura e Cultura

Mestre em Teologia

Membro do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta.

Vieira revela-se como um construtor de globalização. Consciente de que a paz é sempre fruto da justiça, convenceu-se de que os reis das nações saberiam pôr-se de acordo para instituir uma paz universal.

Há quatrocentos e dezassete anos, nascia em Lisboa, na antiga rua dos Cónegos junto à Sé, o Padre António Vieira, figura ilustre da nossa história e da nossa cultura. Foi um homem simultaneamente patriota e

* Os textos vieirianos são retirados da *Obra Completa Padre António Vieira* (2013-2014), em 30 volumes, publicada pelo Círculo de Leitores, sob a direção de José Eduardo Franco e Pedro Calafate.

construtor de globalização. Exprime-o bem a sua conhecida frase num dos sermões pregados em honra de S. António: “Para nascer, pouca terra; para morrer, toda a terra; para nascer, Portugal: para morrer, o mundo” (II, X, p. 239).

A sua paixão nacionalista revela-se muito cedo, logo na *Carta Ânua* que escreveu em 1625, onde relata a resistência dos soldados portugueses – verdadeiros soldados de Cristo – aos ataques holandeses na Baía. Nesse escrito, o ainda jovem jesuíta exalta o ânimo dos “verdadeiros portugueses”, que combateram à maneira dos “portugueses antigos”, os egrégios avós. Depois, ainda na Baía e já em Lisboa, assimilou o modelo do pregador ao do profeta veterotestamentário e converteu-se numa espécie de “profeta dos portugueses”, prometendo vitórias, anunciando castigos, deliberando sobre medidas a tomar, agradecendo sucessos, dando um sentido transcendente aos acontecimentos comuns. Ele podia criticar publicamente os atos de mau governo, interpelar Deus em nome de uma nação, interpretar profecias anteriores e prognosticar futuros... enfim, empenhar a palavra sagrada junto de Deus e do soberano.

Não obstante, pouco tempo antes de partir para o Maranhão como superior das missões jesuítas naquela região, ele começou a ler avidamente – até mesmo livros proibidos – sobre um tema que nunca mais o largaria: o reino de Cristo. Esse tema, precisamente, convertê-lo-ia também em historiador do futuro. Primeiro, numas *Esperanças de Portugal* que parecem imitar as de um rabino de origem portuguesa da sinagoga de Amesterdão, Manassés ben Israel – *Esperanças de Israel* – e, depois, na elaboração de uma *História do futuro*, que abandonaria para escrever a sua obra magna *A chave dos profetas*.

Nestes textos, que se convencionou chamar “proféticos”, Vieira olha para Portugal, fazendo deste um novo povo bíblico, eleito por Deus. Dando crédito a um documento “encontrado” no escritório do mosteiro de Alcobaça, em finais do século XVI – o *Juramento de D. Afonso Henriques* –, Vieira assevera que o reino de Portugal foi instituído por Cristo, que se revelou ao primeiro rei português na véspera de uma batalha decisiva, em Ourique, como outrora se tinha revelado

a Constantino antes da famigerada Batalha de Ponte Milvia. Nesse *Juramento*, Cristo confiava aos reis portugueses – como ele faz questão de recordar, em carta, a D. Afonso VI – “a maior e mais importante empresa”, a saber: o reino de Portugal “tem por fim particular e próprio a propagação e a extensão da fé Católica nas terras dos gentios” (I, II, p. 228). Portanto, Portugal estava comprometido com o reino de Cristo, como refere em outubro de 1660 ao P. André Fernandes – a quem havia enviado, meses antes, a carta *Esperanças de Portugal* –, asseverando que o reino de Portugal “não foi fundado para se estender por Castela, senão para se dilatar a fé de Cristo, e o Reino de Deus pelo mundo” (I, II, p. 296). Esse compromisso com o reino/império de Cristo está no âmago da sua *História do futuro* e de *A chave dos profetas*.

O grande historiador inglês Peter Burke define a história do futuro vieiriana como medieval, centrada numa escatologia de tipo apocalíptico, que viria a ser fortemente criticada pelos homens da Luzes, os “inventores” de uma nova história do futuro: a história da revolução, e do progresso. Para estes, os novíssimos cristãos deixaram de fazer sentido. A história podia ser concebida como um processo contínuo de aperfeiçoamento da existência terrena, com a permanente promessa de uma vida menos penível. O homem moderno começou a acreditar que o curso dos eventos futuros estava nas suas mãos e que era possível uma mudança real da condição humana. Ou seja, o futuro, para eles, não seria apenas expectável, mas também construível. É claro que nesta história do futuro, ao contrário da vieiriana, Deus não tem papel algum. Está ausente, ou mesmo morto! No entanto, desde finais da década de 1960, esta “religião do progresso” começou a ter os seus incrédulos. A ideia emblemática da modernidade passou a ser olhada com desconfiança, como uma ilusão ou, até, como uma impostura. Segundo François Hartog, discípulo de Reinhart Kosellec – o grande estudioso da história do futuro iluminista –, hoje em dia vivemos num novo regime de historicidade, que ele apela de “presentismo”, muito marcado pelo medo do futuro – olhado até como ameaça!

A leitura de *A chave dos profetas* mostra-nos que a escatologia vieiriana, ao contrário do que diz Peter Burke, não é propriamente apo-

calíptica, mas profética. A sua principal preocupação não é o fim do mundo (a história do futuro dos “novíssimos”), mas a instauração do reino de Cristo na terra. Por isso, nessa sua obra magna, Vieira critica de maneira sub-reptícia uma certa dramatização da escatologia apocalíptica (a vinda do Anticristo e a segunda conversão geral), tendo-a por opinião com “origem no vulgo[*l*, que] com tamanha boa ventura se introduziu nos livros dos sábios, que todos unanimemente ecoam o mesmo” (III, VI, p. 317), para sublinhar aquilo que é importante para ele: a conversão universal e a “consumação na terra” do reino de Cristo, para a qual deve contribuir a ação evangelizadora do reino luso (III, VI, p. 398-399). O Quinto Império consumado é, então, a realização das promessas messiânicas anunciadas pelos profetas veterotestamentários: a justiça e santidade universais, a paz e a longevidade dos seres humanos. O que distingue a sua história do futuro da história do futuro iluminista é a fé (cristã). Vieira move-se ainda no horizonte de expectativa cristão, da irrupção do reino de Deus na história, neste mundo (e, por isso, o jesuíta é avesso a uma espiritualização do tema; veja-se a insistência em III, I, p. 474, e em III, VI, p. 241); já os iluministas e os teóricos do século XIX, movendo-se no “novo” horizonte do progresso, descartam totalmente a referência cristã, substituindo-a por uma religião laica, ou secular.

Na sua historiografia do futuro, Vieira revela-se então como um construtor de globalização. Consciente de que a paz é sempre fruto da justiça, o pensador jesuíta convenceu-se de que os reis das nações saberiam pôr-se de acordo para instituir uma paz universal, nomeando um dentre eles – e ele pensava no rei de Portugal – para liderar o processo. Curiosamente, nos documentos do concílio Vaticano II, encontramos uma proposta muito semelhante: os padres conciliares referem a possibilidade da criação de uma autoridade internacional “competente e dotada dos meios convenientes” (*Gaudium et spes*, n.º 79) – distinta, portanto, da (inoperante) ONU –, capaz de interditar toda a espécie de guerra.

Nos dias que correm, rodeados por tantos conflitos armados, são cada vez mais as vozes a favor de um cessar-fogo mundial e de um

verdadeiro pacto global pela paz, tornando muito atual a proposta do jesuíta seiscentista: urge criar uma verdadeira comunidade global das nações, onde surja uma autoridade suficientemente competente para liderar o processo de reconciliação, justiça e paz entre todos os povos. Porque “o Reino de Deus – diz Vieira, recordando palavras de Paulo de Tarso – não está em comer e beber, mas na justiça e na paz e na alegria no Espírito Santo” (III, VI, p. 35).

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor; reprodução proibida.
Sem o prévio consentimento escrito do editor, são totalmente proibidas a reprodução e a transmissão desta obra (total ou parcialmente) por todos e quaisquer meios (eletrónicos ou mecânicos, transmissão de dados, gravação ou fotocópia), quaisquer que sejam os destinatários ou autores (pessoas singulares ou coletivas), os motivos e os objetivos (incluindo escolares, científicos, académicos ou culturais), à exceção de excertos para divulgação e da citação científica, sendo igualmente interdito o arquivamento em qualquer sistema ou banco de dados.



José Ribeiro e Castro
João Paulo Oliveira e Costa
José Eduardo Franco
(Coordenação)

Portugal 900 anos

Volume I

Título

Portugal 900 anos – Volume I

Coordenadores

José Ribeiro e Castro
João Paulo Oliveira e Costa
José Eduardo Franco

Edição e copyright

Principia, Cascais
1.ª edição – maio de 2025
© Principia Editora, Lda.

Design da capa Rita Maia e Moura

Execução gráfica Artipol • **Depósito legal** 547005/25

Principia

Rua Vasco da Gama, 60 B – 2775-297 Parede – Portugal
+351 214 678 710 • principia@principia.pt • www.principia.pt
facebook.com/principia.pt • instagram.com/principiaeditora • linkedin.com/company/principiaeditora

